

**Discurso do Conselheiro António Francisco de Almeida Calhau
na sua tomada de posse como
Presidente do Supremo Tribunal Administrativo
Lisboa, 16 de Novembro de 2011**

A todos os titulares e membros de órgãos de soberania, e às Excelentíssimas Autoridades aqui presentes, bem como aos meus Colegas, Amigos e Familiares que me quiseram acompanhar e emprestar o seu brilho a esta cerimónia, quero expressar o meu agradecimento e profundo reconhecimento pela vossa disponibilidade, e afirmar-lhes o quanto a sua presença constitui para mim uma honra.

Sendo o Presidente do STA eleito, por escrutínio secreto, pelos juízes em exercício efectivo de funções no Tribunal, permitam-me que as minhas primeiras palavras, ao assumir tais funções, lhes sejam, pois, dirigidas.

Caros colegas

Chamados a escolher quem, de entre nós, presidisse aos destinos desta Casa da Justiça, recaiu em mim essa escolha.

Pesada responsabilidade essa, sem dúvida, mas, simultaneamente, enorme honra.

Quando em 1989, ingressei nesta jurisdição, estava longe de imaginar que algum dia pudesse ser convocado para tamanho desafio.

Ao aceitá-lo, agora, quero, perante vós, afirmar-vos que na minha conduta estará sempre presente a mensagem ínsita em Ricardo Reis (heterónimo de Fernando Pessoa):

«Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagera ou exclui. Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes. Assim em cada lago a lua toda brilha, porque alta vive».

Nessa medida, podeis contar comigo, no exercício das funções que agora me são confiadas, exactamente como sou: frontal, leal, empenhado e humano.

Frontal, na medida em que não fujo às minhas responsabilidades.

Leal, porque contarão sempre comigo seja em que circunstâncias forem.

Empenhado, pois não abdicarei de lutar pelos objectivos que me proponho, tendo em atenção os princípios em que acredito.

Humano, no total respeito pelas pessoas.

Sei que não é fácil a tarefa e quão pesado é o fardo, e, por isso, a vossa ajuda é imprescindível e com ela conto.

Não excludo ninguém, antes congregando todos para que o Tribunal mantenha o prestígio que granjeou e continue na senda da verdadeira razão da sua existência: a busca da Justiça, que se deseja seja cada vez melhor.

Aos Magistrados do MP que aqui exercem funções, uma saudação especial com a convicção de que o excelente relacionamento que existe se vai manter, com total respeito pela sua autonomia, mas sem prescindir da sua valiosa colaboração.

A todos os Senhores Funcionários que trabalham nesta Casa, sendo a maioria das vezes o primeiro rosto da Instituição que servem e, por isso mesmo, os primeiros a sentirem na pele os efeitos da sua imagem, quero dizer-vos que conto convosco também, do mesmo modo que podeis estar certos que da minha parte terão sempre uma total disponibilidade e

permanente atenção, no intuito de todos contribuímos para uma melhor administração da Justiça, transparente e eficaz, pois sem a vossa prestimosa cooperação não é possível alcançar aquilo que nos propomos.

Minhas senhoras e meus senhores

O sector da justiça sempre foi o parente pobre dos dinheiros públicos e em tempo de crise seguramente que o panorama não vai mudar.

Todavia, não é isso que mais me assusta. Oriundo duma região cada vez mais empobrecida, e onde o desinvestimento público é notório, cujas gentes assistem agora ao encerramento de serviços de saúde e à desactivação de transportes ferroviários, o que conduzirá inevitavelmente a um maior isolamento, foi no meio dessa gente, que se sente cada vez mais esquecida e abandonada, que já resistiu a uma ditadura e suportou muitas crises, que cresci e não foram as dificuldades daí decorrentes que me impediram de prosseguir sempre os meus sonhos e de nunca desistir dos meus objectivos.

Pertenço a uma geração que já lutou por ideais e viu surgir alguns dos “direitos adquiridos” que agora são postos em causa ou até simplesmente eliminados.

E é esta gente, de rosto às vezes luminoso e outras vezes tosco, como diz Sophia de Mello Breyner Andresen, in “Geografia”, que faz renascer meu gosto de luta e de combate contra o abutre e a cobra, o porco e o milhafre, pois a gente que tem o rosto desenhado por paciência e fome é a gente em quem um país ocupado escreve o seu nome.

E é em frente desta gente, ignorada e pisada como a pedra do chão e mais do que a pedra humilhada e calcada, que o meu canto se renova e

recomeço a busca de um país liberto, de uma vida limpa e de um tempo justo.

Minhas senhoras e meus senhores

O que mais me preocupa, na verdade, é a imagem da justiça que se tem vindo a degradar a um ritmo alucinante nos últimos tempos.

Para isso muitos factores têm contribuído e não vale a pena disfarçar ou apontar só a culpa aos parceiros do lado.

O reconhecimento que a justiça não está bem é o primeiro passo para contribuir para a resolução da situação a que chegámos.

Sem uma justiça a funcionar bem não há país ou sociedade democrática que resista.

A justiça deve ser eficiente, pronta e acessível a todos sem o que não haverá verdadeira Justiça.

Chega de apontar o dedo aos advogados que com o abuso dos expedientes dilatatórios impedem que uma decisão seja cumprida ou que chegue a haver mesmo uma decisão.

Basta de acusar os privilegiados juízes e magistrados do MP de pouco ou nada trabalharem.

E de responsabilizar os funcionários e demais agentes da justiça pelos atrasos tão frequentes nos nossos tribunais.

Ou de, em último caso, aliviando as nossas consciências, dizer que a culpa é do legislador.

Todos temos responsabilidades no estado a que a justiça chegou.

E todos que acreditamos nos valores da Justiça temos de contribuir para a saída da crise em que o nosso sistema judicial está mergulhado.

O diagnóstico está, por demais, feito.

Não vale a pena anunciar grandes reformas estruturais de que o país está saturado de ouvir proclamar e cansado de não ver cumprir.

Quantas dessas reformas não são mais do que projectos de exequibilidade duvidosa, pela sua megalomania, de fins obscuros ou apenas para responder a questões meramente pessoais ou ocasionais.

Os problemas que afectam a justiça hoje em Portugal podem e devem ser resolvidos com todos os profissionais do sector, através dum diálogo que se deseja frutuoso e para o qual todos devem partir de consciência limpa e descomprometida, sem preconceitos nem ressentimentos, em ambiente despoluído, sem ruído nem holofotes, onde todos se possam ouvir e partilhar as suas vivências, contribuindo, dessa forma, para a efectiva resolução dos reais problemas e não apenas para o aumento das tiragens dos jornais ou das audiências das televisões.

Não quero, com isto, desvalorizar o papel fundamental da comunicação social num estado de direito, designadamente na denúncia de situações menos claras e no fomento tão importante da discussão pública, mas a comunicação social se quer ter esse papel essencial tem de ser objectiva, imparcial e séria na abordagem dos problemas, e não ser movida apenas por critérios de mera oportunidade jornalística.

A resolução desses problemas passa, pois, a meu ver, nesta jurisdição, face à realidade económica do país, e à escassez de meios, muito mais por uma reorganização dos meios disponíveis e por um eventual reajustamento legislativo nalgumas matérias, algumas das quais já objecto de estudos anteriores, do que por grandes alterações legislativas ou constitucionais, com vista a uma futura integração nos tribunais comuns.

Os problemas que esta jurisdição apresenta, designadamente ao nível de elevadas pendências nalguns tribunais de 1.^a instância e TCA(s), são mais facilmente resolúveis na actual conjuntura do que diluídos num sistema que, desde logo, pela sua dimensão se torna de mais difícil gestão.

E nem sei mesmo se, atenta a importância dos interesses em jogo, haveria algum ganho ou poupança em tal aventura.

Prova disso, ainda recentemente, foi a pronta resposta dada aos compromissos assumidos pelo Governo português com a UE e o FMI pelo CSTAF que rapidamente equacionou os problemas e apresentou as propostas concretas que se exigiam para alcançar os objectivos pretendidos.

Tenho dúvidas que com outra estrutura a funcionar essa resposta fosse tão célere e eficaz.

E é, pois, na eficácia da resposta aos problemas concretos equacionados que há que apostar e prosseguir.

Com o acentuar da crise, é inevitável que a litigiosidade fiscal aumente.

E na primeira linha da nossa preocupação estão, por isso, os tribunais tributários de 1.^a instância alguns dos quais apresentam pendências elevadíssimas.

Foram já aprovadas algumas medidas por este Governo com vista à resolução ou, pelo menos, para atenuar tal problema.

Há que implementá-las sem, contudo, deixar de procurar outras soluções, em conjunto com os Senhores Presidentes desses tribunais, que visem superar essas dificuldades.

A tão propalada arbitragem é, enquanto meio alternativo de resolução de conflitos, bem vinda mas não se espere dela que resolva só por si a questão da elevada pendência dos tribunais.

Por outro lado, há que estar atento para que a mesma não contribua para criar mais a ideia de que há uma justiça para ricos e outra justiça para pobres, ou, neste caso, uma justiça para as grandes empresas e outra para os pequenos contribuintes.

Tendo-nos chegado o eco de algum mal estar entre os juízes da 1.^a instância, designadamente a destacamentos efectuados recentemente pelo CSTAF e a algumas inspecções ordenadas e/ou a aguardar homologação dos respectivos relatórios elaborados pelos senhores inspectores nomeados para o efeito, quero aqui publicamente afirmar a esse respeito, na qualidade de Presidente do CSTAF por inerência de funções, que lamento a forma como tal pretensa insatisfação chegou ao meu conhecimento, na medida em que um homem ou mulher que tem por função fazer a Justiça não pode ter medo, acobardando-se atrás do anonimato, de denunciar as situações que entenda ser injustas ou ilegais, impondo-se antes, por um dever de ofício, que o faça junto dos órgãos competentes.

Não obstante, confrontado com tal situação, não pode o Conselho a que presido fazer orelhas moucas ou ignorar tal aviso e, nessa medida, o CSTAF encetará o mais rapidamente possível o procedimento de abertura de um movimento de colocação de juízes, com vista a responder às necessidades sentidas nos diferentes tribunais, de que todos tomarão conhecimento e que seguirá os trâmites legais, com total transparência e isenção, e de acordo com os critérios definidos na lei.

Já no que se refere à questão das inspecções, é urgente para que se acabe de vez com a suspeição do critério da oportunidade que se dote esta jurisdição de um quadro de inspectores próprio em vez dos actuais inspectores “ad hoc” e que proceda à correcta avaliação do desempenho dos Senhores Juízes, tendo em vista o reconhecimento do mérito daqueles que o merecem mas ao mesmo tempo elimine todos os que só servem para denegrir a imagem da Justiça.

Também os TCA(s), cuja realidade penso conhecer relativamente bem, e que, após a reforma de 2004, passaram a acumular competências que até aí eram do STA, sendo em muitas matérias tribunais de última instância, estão no centro da minha atenção.

Não é possível continuar a alimentar mais a ideia de que a situação em que se encontram se deve apenas à fraca produtividade dos juízes que ali exercem funções mas antes que a solução passará por um correcto redimensionamento dos mesmos, o qual deve, por isso, ser equacionado.

Minhas senhoras e meus senhores

O STA goza, hoje, de um prestígio e reconhecimento junto do meio académico, muito fruto do excelente trabalho que tem vindo a ser realizado pela Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal, que importa preservar.

Prestígio que é, sobretudo, espelho da qualidade científica da jurisprudência aqui produzida, bem como do equilíbrio, sensatez e isenção das decisões daqui emanadas.

Tudo faremos, por isso, para manter o diálogo e intercâmbio entre os tribunais e a academia, pois cremos ser importantíssima essa permanente troca de conhecimentos e experiências.

Por outro lado, é nosso intuito também prestar toda a colaboração possível ao CEJ no sentido de contribuirmos para o aperfeiçoamento do recrutamento dos juízes desta jurisdição e para uma cada vez melhor formação dos nossos magistrados.

Minhas senhoras e meus senhores

A Justiça, como dizia Agostinho da Silva, há-de ter por princípio e por fim o desejo de uma Humanidade melhor.

Todos nós que trabalhamos nesta área, com mais ou menos responsabilidades, devemos ter isso sempre em mente.

E, em tempo de crise, não podemos desperdiçar a ocasião, que pode ser única, de reestruturarmos um sector cuja organização já não responde aos desafios do nosso tempo.

Esta geração que já soube construir um país, bem melhor do que o dos nossos pais, mas que o deixou arrastar para a grave situação em que nos encontramos, tem a obrigação de tudo fazer para evitar que o futuro dos nossos filhos fique para sempre hipotecado.

Pela minha parte, tudo farei para que esta Casa da Justiça, cuja função é a de fazer Justiça numa área tão sensível e importante como é a de dirimir os litígios emergentes das relações jurídicas administrativas e fiscais, cumpra a sua missão, fazendo a verdadeira justiça, aquela justiça que, como já dizia Séneca na Roma Antiga, apenas tem em vista o bem dos outros e para si nada reclama senão o direito de ser posta em prática.

E tenho esperança que o consiga, com esforço e dedicação, assim me não falte engenho e arte.